Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano II nº 46
28/11/97 a 11/12/97
Contribuição R$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

Sérgio Pimentel

Abaixo o Pacotão!

Suplemento resgata os 80 anos da Revolução Russa

CURTAS

Argentina. O governo argentino está para fechar um "acordo" com o FMI que prevê crédito de US$ 3 bilhões para o país, US$ 1 bilhão agora e o restante em uma espécie de fundo de reserva para "emergências". Entre os pontos, como não poderia deixar de ser, está a exigência do FMI de que o país aprove uma reforma que flexibilize a legislação trabalhista até meados de 1998. Se isto não for cumprido, segundo o vice-ministro da Economia Carlos Rodríguez, o acordo será anulado. O servil governo de Menem não esboça qualquer reação às draconianas exigências do Fundo Monetário.

◆

Terra. O governo brasileiro dá mais um exemplo de qual é a reforma agrária que pretende fazer no país. Terras que já foram do governo nas décadas de 70 e 80 e, depois, foram vendidas a grupos empresariais, estão sendo recompradas pelo Incra com ágio de até 24.801%!! Localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste, estas terras são consideradas improdutivas, mas mesmo assim o governo alega estar pagando o preço de mercado. Um exemplo: Fazenda Promasa, vendida em 1979 ao Grupo Meira Lins por R$ 7.428 (valor atualizado) e com indenização proposta pelo Incra de R$ 1.849.649

◆

Assassinato. Elizeu Oliveira da Silva, uma das lideranças dos sem-terra na região de Apuí (AM) e única testemunha de um atentado contra um técnico agrícola do Incra, foi preso sem mandato judicial e, no dia 13 de novembro, encontrado morto em sua cela. Apesar das denúncias de tortura, a versão oficial da polícia continua sendo a de que Elizeu enforcou-se. Como diz o relatório de uma comissão formada por representantes da Comissão Pastoral da Terra, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Assembléia Legislativa do Amazonas, *"para se admitir que alguém possa suicidar-se enforcado, sentado, teríamos também de admitir que alguém possa se matar por asfixia tapando a boca e as narinas com as próprias mãos"*.

◆

Trabalho I. Pesquisa realizada pelo IBGE em conjunto com a Unicef revela que 2,7 milhões de jovens brasileiros entre 10 e 17 anos só trabalham e 4,6 milhões na mesma faixa etária estudam e trabalham. Entre estes jovens está grande parte dos 3,5 milhões de crianças e adolescentes que trabalham mais de 40 horas semanais. A mesma pesquisa revela que 40,4% das crianças entre 0 e 14 anos vivem em famílias com renda *per capita* mensal de meio salário mínimo. Outro dado importante da pesquisa é que, embora crianças e adolescentes representem 38,2% da população brasileira, o governo destina apenas 12,4% do gasto social com este setor.

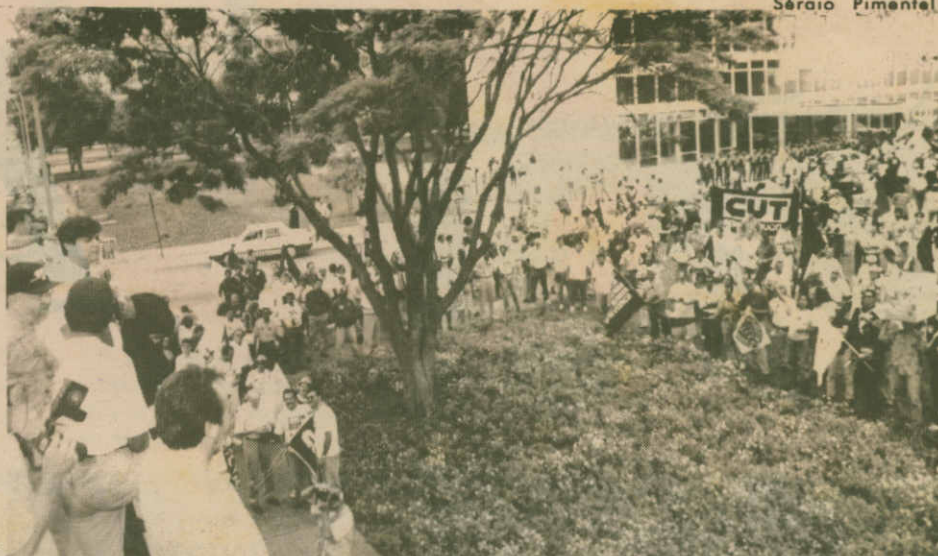
◆

Trabalho II. Segundo o Boletim do Dieese de setembro de 1997, um trabalhador que ganha salário mínimo em São Paulo precisa trabalhar 167 horas e 41 minutos para comprar a cesta básica (R$ 91,46 em agosto). Em Brasília, 154h35 min; Belo Horizonte 158h44min; Rio de Janeiro 156h28 min; Curitiba 167h22min e Porto Alegre 161h33 min. É sempre bom lembrar que a jornada de trabalho no Brasil é, oficialmente, de 44 horas semanais e que a cesta básica não inclui transporte, moradia, produtos de higiene...

◆

Saúde. Dados divulgados pela Fundação Nacional de Saúde mostram que a tuberculose mata 15 pessoas por dia no Brasil. Como a doença tem cura e medicação fornecida pelo Ministério da Saúde, a própria Fundação diz que o alto índice de mortalidade só pode ser explicado pela queda da qualidade de vida da população e deterioração do sistema de Saúde. No país de FHC...isso é elementar.

O QUE SE VIU

Sérgio Pimentel

Ato de protesto organizado pela CUT de Brasília contra o pacote do governo FHC, em 12 de novembro. A manifestação terminou em frente ao Ministério da Fazenda com a queima de um "pacote" de papel. Participaram cerca de 2 mil pessoas e 500 carros, que interromperam o trânsito na Esplanada dos Ministérios.

O QUE SE DISSE

"O que cabe a cada um é muito pouquinho."
Do excelentíssimo senhor presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao falar sobre a repercussão do pacote econômico para os trabalhadores. Sem comentários. No jornal *Folha de S. Paulo* em 12/11/97.

"Se em qualquer momento acharmos necessário um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), não teremos nenhum problema em fazê-lo."
Pedro Malan, ministro da Fazenda, demonstrando que as relações entre o Brasil e o FMI estão muito bem e que não há problema algum em oficializar a obediência à cartilha do Fundo. No jornal argentino *La Nación*, com trechos publicados pela imprensa brasileira em 18/11/97.

"As mulheres avançaram mais que os homens e o mercado de trabalho é um exemplo disso."
De Ruth Cardoso, durante o seminário "A saúde da Mulher e Qualidade de Vida", em Brasília. "Esqueceram" de informar a primeira-dama que as mulheres continuam ganhando, em média, a metade do que os homens. No jornal *O Estado de S. Paulo* em 18/11/97.

"No Legislativo alagoano a história de Robin Hood acontece ao avesso: tira-se do pobre para dar aos ricos."
João Miranda, servidor público, durante protesto realizado por funcionários da Assembléia Legislativa de Alagoas. Os deputados do Estado simplesmente determinaram um desconto de 25% nos pagamentos dos funcionários para poderem manter o recebimento da verba de gabinete, também conhecida como "verba de mordomias": cerca de R$ 13 mil para cada parlamentar, fora o salário. No jornal *O Globo* em 14/12/97.

PSTU

◆**Nacional:** Tel (011) 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆**Diadema (SP):** Praça dos Cristais, 6 sala 3 Centro ◆**São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (012) 341-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ):** Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - CEP 22270-070 - Fone (021) 292-9689 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - Centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Carijós, 121, sala 201, CEP 30120-060 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Macapá (AP):** Av. Diogenes Silva - Buritizal ◆ **Maceió (AL):** Rua Minas Gerais, 197/2 - Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - CEP 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 423-6493 ◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆ **Aracajú (SE):** Av. Pedro Calazans 491 sala 105 ◆ **Ribeirão Preto (SP):** Rua Visconde de Rio Branco, 846 - CEP 14015-000

Os nossos três endereços eletrônicos são:

sede.pstu@mandic.com.br
opin.socialista@huno.com.br
http://www.geocities.com/CapitolHill/3375

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000.
Impressão Vannucci: (011) 872-3319

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Mariúcha Fontana, Fernando Silva

EDITORIAL

Abaixo o pacote!

Januário T. da Silva

Assembléia de operários da Krones, em Diadema

A falência da quarta maior seguradora do Japão e a divulgação de que essa economia tem por volta de US$ 500 bilhões de créditos podres, deixou claro que a atual crise da economia capitalista atingiu em cheio um dos pilares imperialistas do sistema. Além disso, a segunda economia capitalista do sudeste asiático, a Coréia do Sul, abriu o bico e está com o chapéu na mão pedindo a bagatela de US$ 80 bilhões ao FMI.

Enquanto isso, aqui no Brasil, FHC jura de pé de junto que o país não precisa recorrer ao FMI como estão fazendo os "gatinhos" asiáticos. Como se o seu pacote fiscal, suas medidas recessivas, sua ofensiva para tirar as reformas do atoleiro, não fosse de agrado, ou melhor, uma clara orientação do FMI que, aliás, recentemente esteve por aqui para "verificar" as contas do Brasil.

O pacote do governo não é um "sacrifício para todos" como diz FHC, é um duríssimo ataque aos trabalhadores em clara sintonia com o Fundo Monetário. É uma opção clara para manter aqui no país as altas taxas de remuneração para os grandes capitalistas, banqueiros e especuladores internacionais e nacionais. É uma clara e talvez última cartada para manter a irreal sobrevalorização da moeda e assim tentar manter seu principal trunfo eleitoral (a inflação baixa) ainda que às custas de mais desemprego, pobreza e estagnação.

Diante deste quadro é inadmissível e criminoso que a direção majoritária da CUT recuse-se a aprovar sequer um dia nacional de luta contra o pacote. Pior, rejeitou incluir como eixo político da Central a palavra de ordem *Abaixo o pacote!*

Esta prostração diante do governo e do capital em um momento de tamanha gravidade não é isolada. A direção do PT sucumbe na luta contra o pacote. Não quer afastar de si os setores burgueses que tanto Lula e companhia sonham em ter como aliados eleitorais numa frente ampla. Como boa parte destes possíveis aliados são, entre outras coisas, a favor das reformas... Por isso, Lula chegou a declarar que o problema é que o governo não tomou há anos atrás as medidas necessárias para garantir a estabilidade (!?), Mercadante alinhou-se com o BC no começo da crise, Genoíno disse que vota em aspectos "menores" do pacote. Com uma "oposição" como essa, a classe dominante, apesar da crise, pode dormir tranquila.

Enquanto isso, os trabalhadores e os seus setores combativos fazem o que podem — ocupam fábricas contra demissões (Krones em Diadema), marcam paralisações setoriais (funcionalismo público dia 5 de dezembro), ocupam terras e sedes do Incra (os sem-terra).

A hora exige que os setores da esquerda cutista lutem para furar o cerco e construir na prática a resistência e a luta contra o pacote. Isso significa realizar atos nas capitais contra o pacote no começo de dezembro — dia 2 está marcado um no Rio de Janeiro, dia 5 um em São Paulo —, empenhar-se no sucesso do dia nacional de paralisação do funcionalismo e construir pelos estados a resistência e a unidade dos trabalhadores com uma simples e comum palavra de ordem: *Abaixo o Pacote!*

OPINIÃO

Lei do Passe é problema social

Rinaldo Martorele,
presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais de São Paulo

Quem não lida diretamente com o futebol, nem de perto imagina quais foram os estragos causados, diretos e indiretos, pela Lei do Passe. Esse dispositivo de dominação foi e continua sendo usado para fazer com que uma categoria de trabalhadores, e dela fazendo parte muitos ídolos nacionais, se transformasse em um bando de marionetes, sempre atendendo aos chamados de seus "senhores", e com eles sempre concordando.

O atleta de futebol cresce dentro daquela mentalidade do Estado ditatorial, que praticamente calou nossas gerações passadas, não permitindo que se desenvolva seu senso crítico. E esse bloqueio faz com que o atleta não consiga ter uma visão social, faz dele um verdadeiro alienado, a ponto de não perceber a necessidade do fim dessa lei maldita, ou de ter dúvidas quanto aos benefícios de sua extinção. Muitas vezes acabam repetindo o discurso insano daqueles que querem continuar usando a sua força de trabalho, daqueles que querem se eternizar como os verdadeiros "donos" do futebol, daqueles que não estão nem um pouco interessados em saber qual é verdadeiramente o significado desse esporte para o nosso povo. Com isso; complicam o entendimento do público que consome o futebol, e até dos deputados responsáveis em votar e aprovar o Projeto de Lei que tramita no Congresso.

Na verdade a Lei do Passe só continua existindo para aqueles atletas que podem proporcionar altas transações financeiras e, na grande desorganização em que são geridos os clubes de futebol, é que os "espertalhões" deitam e rolam. O clube, junto com o atleta, é o outro grande refém dessa hipocrisia chamada Lei do Passe.

A extinção total da Lei do Passe vai provocar melhoras acentuadas no mundo do futebol. Primeiro, porque vai equilibrar a relação atleta-clube, forçando a melhora no nível profissional do dirigente, que não poderá mais fazer do futebol o seu lazer, ou, simplesmente, seu trampolim pessoal. Segundo, porque o atleta vai ter de passar a se interessar mais por sua profissão, se preparando melhor em todos os sentidos, inclusive intelectualmente. Não vai mais poder usar a muleta "eu faço o que o clube quer".

Nesse momento que o povo brasileiro anseia por ver resgatados seus valores morais mais puros, e para que coisas como a "Lei de Gerson" sejam banidas, esperamos contar com o bom senso dos senhores de Brasília, para que a noção de cidadania possa vir pelo menos a rondar o futebol brasileiro.

NÚMEROS *O lucro dos bancos brasileiros*

Bancos	Lucro (R$ milhões)		Ativos	
	3º trim.	No ano	R$ bilhões	Var. em 1 ano
Bradesco	271,9	715,4	43,4	22,9 %
Itaú	190,7	535,6	39,8	30,9 %
Unibanco	110,1	287,1	26,6	5,8 %
Real	53,0	163,0	18,8	18,8 %

* Fonte: Gazeta Mercantil - Balanços dos bancos

CARTAS

Chega de pizza!!

Camarada! Você quer comer pizza e beber cerveja no Congresso, nas câmaras ou nos gabinetes dos executivos?

Pois é, para isso eles são eficientíssimos. Porém, comer sempre a mesma coisa enjoa, não é? Mas eles só servem isso!

Pedimos mais empregos, e o que recebemos? Pizza!

E o pior, após rejeitarem diretamente o que pedimos como fizeram em Santa Catarina, em 8 de outubro, recompensam-nos com pizza e cerveja.

Assim não dá!!!

Parece que se nós não construírmos o nosso próprio restaurante, onde contenha o nosso próprio cardápio, iremos passar a vida inteira engolindo pizzas!

Por isso, seja sensato camarada, dê um voto em si mesmo, não coma mais em restaurante burguês...

Geraldo Barbosa da Silva Jr., São Bernardo do Campo

Candidatura própria

Quero em primeiro lugar dar o meu elogio pela excelente publicação que é o Opinião Socialista. Espero que aumente cada vez mais o número de assinantes. Aqui em Nazaré da Mata já consegui alguns e estou divulgando o jornal.

Gostaria de dizer que em relação as eleições de 1998, acho que o PSTU deveria estar se mobilizando, pensando em uma candidatura própria para presidente porque fazer aliança com o PT, junto com Arraes e Brizola etc seria uma catástrofe para nós, trabalhadores.

Rogério, Nazaré da Mata (PE)

ENTREVISTA Lauro Campos, senador do PT pelo Distrito Federal

"Cristóvam importou perversidade neoliberal"

*O **Opinião Socialista** entrevistou o senador petista de Brasília Lauro Campos. Eleito em 1994 como o senador mais votado do Distrito Federal (DF), Lauro Campos, 68 anos, foi professor universitário por 40 anos até aposentar-se. Filiou-se ao PT em 1980. Recentemente, ele esteve presente em um debate organizado em Brasília pelo **PSTU** onde criticou o projeto neoliberal e o protocolo assinado entre o governador petista Cristóvam Buarque e o governo federal. Nesta entrevista, o senador faz um balanço bastante crítico do governo Cristóvam e defende que os trabalhadores e os movimentos organizados tomem às ruas para repudiar o pacote de FHC.*

Opinião Socialista — Há três anos atrás a vitória de Cristóvam Buarque em Brasília despertou enormes expectativas na população do Distrito Federal. Hoje, qual é o balanço do governo Cristóvam?

Lauro Campos — Um dos defeitos do chamado governo democrático-popular no Distrito Federal foi a falta de compreensão da situação, da crise e da extensão das contradições que abalam o capitalismo global. Se administrar o capitalismo em suas fases de normalidade não é fácil, administrá-lo em épocas de depressão e crise é uma tarefa impossível.

"Medidas do governo do DF não tem compromisso com os trabalhadores"

Opinião Socialista — Quer dizer, para você o problema principal é que Cristóvam governou para administrar a crise, sem romper com a lógica capitalista?

Lauro Campos — Esse é o grande problema, o de querer governar para administrar o capitalismo, ainda mais em fase de crise e decomposição global e nacional. Em qualquer situação, há chances, possibilidades de se avançar ainda que com pequenos passos na construção do socialismo. O governo do professor Cristóvam não deu um meio passo sequer nessa direção.

Opinião Socialista — E que passos ou medidas deveriam ser tomadas nesse governo?

Lauro Campos — Me parece que a criação de novos organismos, como os Conselhos Populares, é uma tarefa imprescindível. Os Conselhos Populares, se tivessem sido criados, ao lado do Orçamento Participativo, transfeririam uma parcela do poder executivo, tradicionalmente despótico, para a sociedade organizada.

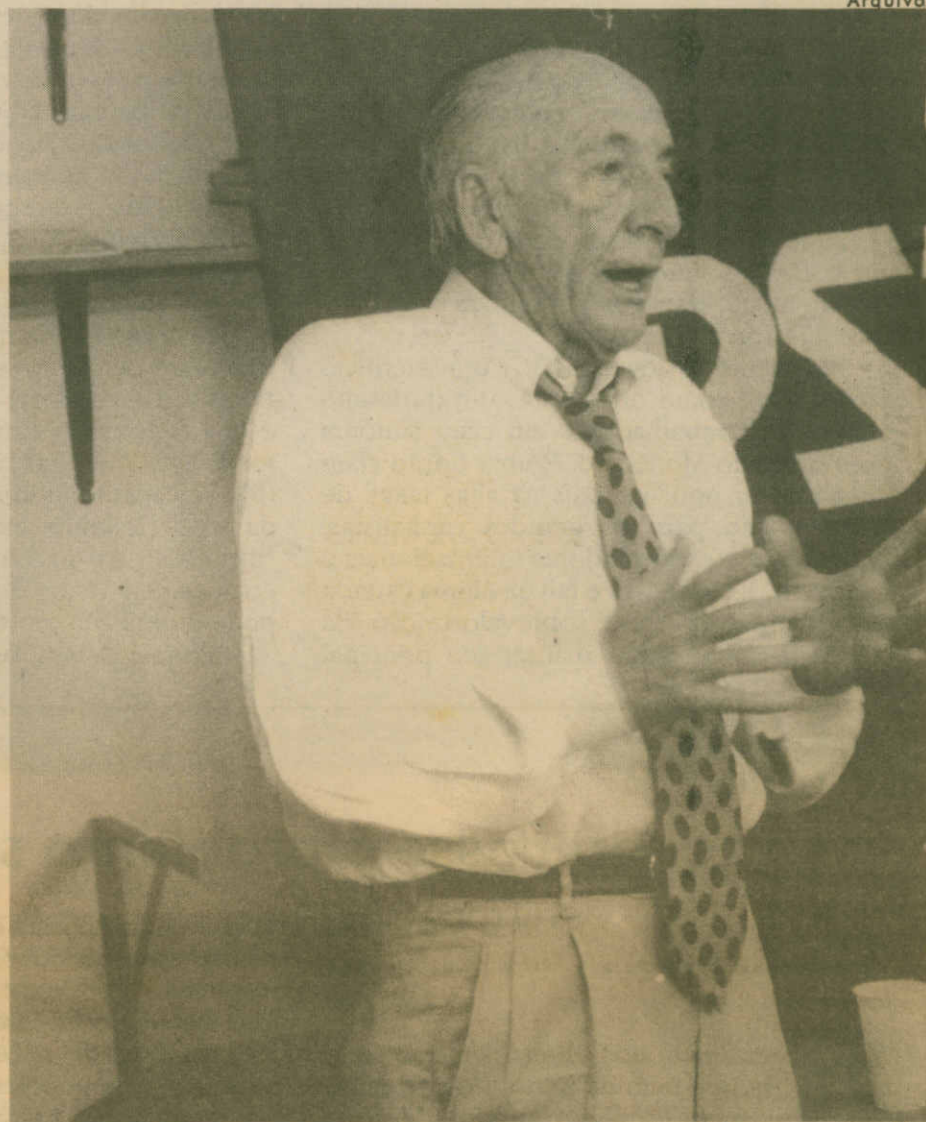
O governo Cristóvam fez o oposto, centralizou ainda mais o poder executivo e limitou-se a uma política de fornecer vales e bolsas. Ninguém pode ser contra o vale-refeição, o vale-transporte ou o vale-escola. O que me parece equivocado é esgotar as realizações do governo a distribuição de vales.

Opinião Socialista — Uma das últimas e talvez a mais polêmica atitude do governador foi o protocolo assinado com o governo federal. Qual é o significado político deste acordo e quais as suas conseqüências práticas?

Lauro Campos — Para conseguir recursos de pouco mais de R$ 100 milhões, o governador Cristóvam Buarque assinou um acordo de intenções com o governo federal que importou um grande número das perversidades neoliberais. Pior, o governo de Brasília antecipou-se a muitas das neoperversidades contidas no saco de maldades de Gustavo Franco. Tal como as 51 medidas adotadas por FHC em seu pacote, também as que serão aplicadas no Distrito Federal não têm nenhum compromisso com os trabalhadores.

Entre os recursos para Brasília estão os que se destinam a completar o metrô, cuja privatização imediata é um dos artigos do dito protocolo. Em troca deste dinheiro o governo Cristóvam comprometeu-se a cortar quinqüênios, anuênios, não realizar mais concursos públicos, vender as poucas empresas estatais etc. Este enxugamento só poderá ser feito em total desrespeito para com os direitos adquiridos pelos trabalhadores e funcionários.

Opinião Socialista — Diante desta situação do governo Cristóvam, como você projeta o quadro eleitoral no campo da esquerda em Brasília para o próximo ano?

Lauro Campos — Me parece que a reeleição de Cristóvam só se justificaria na medida que os posicionamentos neoliberais do seu primeiro quatriênio fossem totalmente eliminados. Nós que somos petistas e potenciais apoiadores da sua reeleição deveremos exigir por escrito os compromissos no sentido de conduzir o governo para outro caminho, um outro conteúdo, um outro significado.

Opinião Socialista — Mas supondo que não exista essa possibilidade até porque Cristóvam acabou de fazer um protocolo com FHC que não parece ser episódico, que saída você apontaria?

Lauro Campos — Na eleição passada, eu fui pré-candidato a governador e retirei o meu nome por entender que o professor Cristóvam Buarque poderia garantir a unidade dos partidos de esquerda. Eu não sou candidato. O que desejo é que o PT tenha o mesmo critério, que se amplie a democracia partidária e espero que surjam outros nomes como pré-candidatos. Todos eles terão o meu apoio.

"As ruas devem ser invadidas pelo protesto popular contra o pacote"

Opinião Socialista — Por fim senador, em relação ao pacote do governo, qual na sua opinião deveria ser a atitude da esquerda? Não há uma certa ausência da oposição? Por exemplo, o ACM e o PFL tem aparecido como uma espécie de oposição porque estão contra o aumento do imposto de renda...

Lauro Campos — Na sociedade onde há o oligopólio da mídia e dos grandes meios de comunicação, não importa o que se fala, mas quem fala. De modo que as declarações de ACM ocupam espaço na mídia porque também interessa reduzir a perversidade do pacote a apenas um ou outro aspecto.

Nós falamos aqui no Senado, mas não ecoamos. O jeito é a oposição ir para às ruas e organizar o MST, os sindicatos etc porque lá no Senado estamos amordaçados. Não há espaço. As ruas devem ser invadidas pelo protesto da população. O governo está dando mais R$ 11 bilhões para os banqueiros e especuladores por causa da crise das Bolsas enquanto baixa o pacote.

Então, é óbvio que o momento deve ser o de fazer nossa indignação, nosso protesto ecoar nas ruas para rechaçar esse pacote.

Arquivo

Lauro Campos durante debate em Brasília

POLÊMICA *Encontro popular contra neoliberalismo será dia 6 em São Paulo*

Direção do PT tenta salvar frente ampla no Encontro

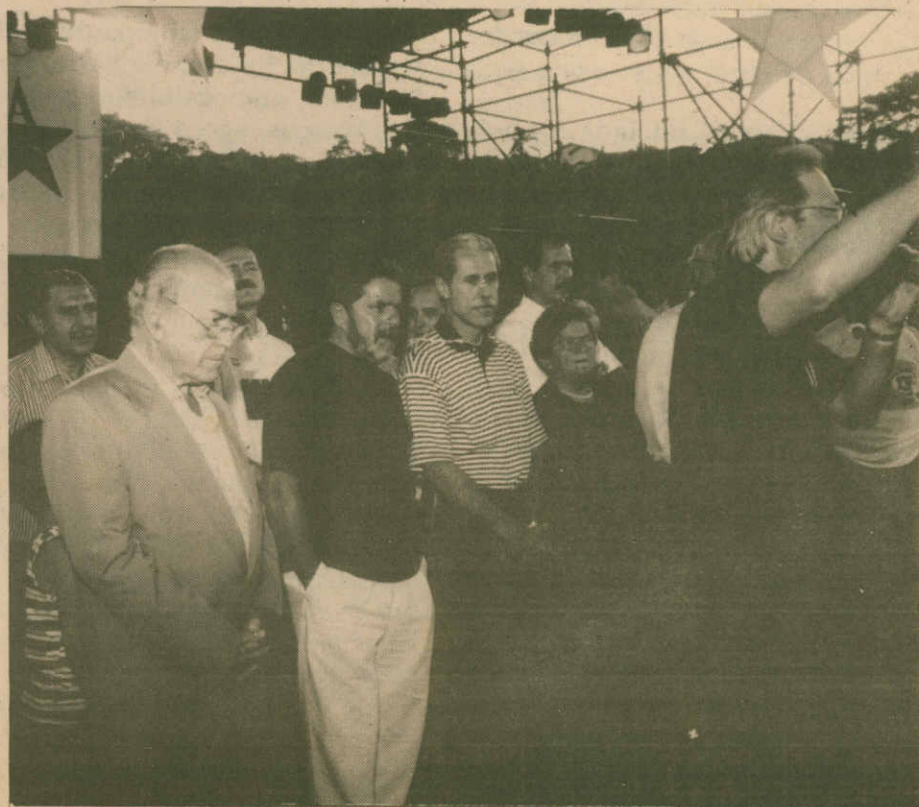
Valério Arcary,
membro da direção nacional do PSTU

No próximo dia 6 de dezembro se reunirá em São Paulo o *Encontro Popular contra o Neoliberalismo por Trabalho, Terra e Cidadania*, convocado pela CUT, pela UNE, pela Central dos Movimentos Populares e ONG's. O Encontro pretende ser a continuidade da Conferência de Brasília, que precedeu a grande marcha dos sem-terras de 17 de abril e será realizado ainda sob o impacto do pacote do governo. Por isso, o Encontro enfrenta uma primeira dificuldade: a definição do seu lugar na conjuntura.

Na sua convocatória está escrito que: *"diversos setores da sociedade civil organizada, tendo como núcleo os partidos do campo democrático-popular, os trabalhadores e a juventude do campo e da cidade, buscam o estabelecimento de uma aliança, objetivando a construção unitária de um projeto alternativo ao neoliberalismo"*. Mais adiante acrescenta: *"o objetivo de construírmos uma proposta de plataforma de lutas e agenda de ações unificadas para o próximo período, que seja a expressão do consenso, bem como consolidar essa aliança estratégica hoje em curso"*.

A questão óbvia que se coloca é simples: a quem se apresenta o programa que já está proposto no documento de convocação do Encontro? Ao governo? Possivelmente não, porque não está nada escrito sobre isso. Por outro lado, é possível imaginar a enorme gargalhada que se ouviria no Palácio do Planalto com um programa que não diz *Abaixo o Pacote!* ou *Chega de FHC!* e se reduz a fazer sugestões como renegociação da dívida externa e fim das privatizações de setores estratégicos.

Só teria sentido apresentá-lo ao governo e exigir uma resposta se a tal agenda de ações unificadas fosse algo concreto, uma disposição séria de construir a mobilização de massas. Não é o caso, a agenda é um absurdo pois apenas levanta as datas comemorativas durante todo o ano (por exemplo, 7/4 dia mundial da saúde) sem qualquer objetivo prático e sem dizer o que faremos nestas datas comemorativas.

Outra hipótese: o programa se apresenta aos candidatos do "campo democrático-popular", porque serão vários, já que o PT inclui neste suposto campo popular o PPS, o PDT, o PSB. Logo, ele poderá ser apresentada a Brizola, Arraes, Ciro Gomes, Erundina ou Buaiz, além do próprio Lula, para que decidam se assumirão ou não a sua defesa. Mas nesse caso existe uma contradição insolúvel: a aliança "estratégica" que se pretende consolidar já nasce... dividida.

Lula quer mais aliados "progressistas" no palanque em 98

Na verdade, o Encontro de dezembro é um momento chave e talvez derradeiro da estratégia política da direção majoritária de lutar pela construção de uma frente ampla para as eleições de 1998 que consiga compatibilizar junto com os partidos operários e do movimento popular, setores burgueses que entre outras coisas... apóiam as reformas neoliberais como é o caso notório de Ciro Gomes.

Frente dos trabalhadores

O PSTU irá ao Encontro Popular contra o Neoliberalismo para defender uma Frente Classista e dos Trabalhadores — da cidade e do campo. Iremos defender que as alianças que nos interessam se construirão nas ruas e nos acampamentos dos sem-terras, por isso iremos defender a candidatura de Lula presidente e continuaremos a sugerir uma indicação do MST para vice. Isso pressupõe que vamos propor que o PT se empenhe numa aliança de esquerda e rompa com a sua política de frente com a burguesia.

Não pagar a dívida externa

Também iremos ao Encontro para apresentar um programa anticapitalista, de ruptura com o FMI e de defesa das reivindicações dos trabalhadores (emprego, salário, terra etc). Para isso, o PSTU defende a necessidade do não pagamento da dívida externa, um plano econômico de emergência que comece a partir daí, que avance na anulação das privatizações e na estatização do sistema financeiro.

Inserção soberana ou ruptura?

O documento que convoca o Encontro contra o neoliberalismo levanta dezenas de reivindicações justas como aumento de salários rumo ao salário mínimo do Dieese, reforma agrária já etc.

Mas um programa diante da crise que se agrava no Brasil, não pode se reduzir a um inventário de palavras-de-ordem. Se impõe uma escolha de estratégia política. O centro da crise é o governo FHC e é preciso lutar para impedi-lo de governar.

Por isso, a primeira definição do Encontro deveria ser a decisão simples, mas em última instância decisiva, de lutar implacavelmente para chamar às ruas as massas operárias e camponeses, os desempregados, a juventude, os aposentados contra o governo.

Além disso, quando se debate a saída para o país é preciso fazer discussões sérias. Renegociação da dívida externa é uma das propostas do próprio governo. Afinal, quem senão FHC, quando foi ministro das Relações Exteriores e depois da Fazenda, fez a renegociação dos títulos da dívida?

No entanto, a crise se agrava. A cara amarga da globalização se abate de forma catastrófica sobre todos os otimistas incuráveis, não poucos na própria esquerda reformista que acreditaram que a microeletrônica e a telemática estavam inaugurando uma nova etapa histórica de prosperidade capitalista. Eis que o fabuloso mundo novo do sudeste asiático, triunfo do mercado (com trabalho semi-escravo) desmorona.

No Brasil, diante da fragilidade das contas externas, Mercadante descobre que a elevação dos juros seria o mal menor. Lula e outros economistas de esquerda se unem a Delfim Neto para advogar a inevitabilidade da desvalorização do real. Não faltarão ainda os que descobrirão virtudes num empréstimo de emergência do FMI...

Na verdade, as declarações de Lula e Mercadante, as propostas do tipo renegociar a dívida, o afã de conseguir uma aliança com setores da burguesia, não são fortuitas. O problema de fundo é que o programa e a estratégia do núcleo dirigente do PT e da CUT não é o da ruptura com a ordem imperialista. Pelo contrário, nos sonhos de Mercadante e companhia está um capitalismo mais "sensato", com mercado "humanizado" e sob controle e com uma inserção negociada no mundo da globalização capitalista. (V.A.)

Crise atinge um dos pilares do sistema

João Ricardo,
da redação

A crise iniciada na bolsa de Hong Kong foi apenas um detonador de uma bomba que já atingiu a segunda maior economia do planeta: o Japão. O que estamos presenciando neste final de século é a expressão mais clara do parasitismo da economia capitalista: a acumulação de capital no hipertrofiado sistema financeiro, a especulação nas bolsas, a valorização artificial do mercado imobiliário da Ásia são expressões deste parasitismo.

Para se ter um idéia, o valor das ações do sudeste asiático quadruplicou em um ano. Já os dividendos, ou seja, os lucros por ações permaneceram os mesmos. O valor artificial das ações subia com a especulação alavancada pelos bancos.

Crise chega no Japão e muda de qualidade o panorama mundial

Por isso, a crise do sistema financeiro do Japão e da Coréia do Sul guarda uma relação direta com a produção. O binômio exportação e trabalho semi-escravo que permitiu o crescimento rápido de toda essa região do planeta, com base a investimentos norte-americanos e japoneses, chegou ao seu limite.

As grandes companhias da Coréia do Sul como a Sansung e Hyundai, que obtinham créditos dos bancos, agora já não conseguem pagar. Geram então uma crise em cadeia de todo o sistema financeiro. Por exemplo, o cálculo é que só no sistema financeiro japonês, os créditos podres estejam na casa dos US$ 500 bilhões.

Em recente editorial, o jornal *Financial Times* (25/11/97), um dos mais conceituados jornais da burguesia imperialista, identifica em que momento estamos da crise: *"a crise não representava uma ameaça global enquanto afetou apenas alguns países do sudeste asiático. Nem mesmo quando começou a minar mercados emergentes em todo o mundo. Mas no momento em que atingiu a Coréia do Sul e o Japão, o quadro mudou. Uma deflação global da dívida é hoje, no mínimo concebível".*

A entrada do Japão na crise muda qualitativamente o panorama mundial por dois fatores:

a) O Japão possui US$ 320 bilhões em títulos do tesouro norte-americano. Se os bancos japoneses resgatam esse capital para cobrir seus empréstimos podres, poderá ocorrer um aumento dos juros nos Estados Unidos levando a uma nova reação em cadeia nas bolsas de todo o mundo;

b) 40% das exportações norte-americanas são feitas para o sudeste asiático e Japão. O aprofundamento da crise levará a medidas protecionistas nestes países o que afetará o déficit comercial dos Estados Unidos.

France Presse

Presidente da seguradora que faliu no Japão, chora

Portanto estamos diante da possibilidade de uma desvalorização geral de capitais. Este processo começaria a questionar as bases das políticas neoliberais que permitem a globalização dos capitais: a abertura dos mercados e o câmbio sobrevalorizado que alimenta a especulação dos capitais e a realização de lucros de forma rápida.

O FMI e o governo dos Estados Unidos já estão em ação, resta saber se conseguirão evitar que a crise atual se transforme em depressão.

As conseqüências do pacote FHC-FMI

Desemprego. Com as medidas do pacote como aumento de impostos e as altas taxas de juros, o desemprego vai aumentar. A Fiesp anunciou que até o fim do ano a indústria paulista já vai demitir 20 mil.

Arrocho. Quem receber salários superiores a R$ 900 mensais vai passar a partir de janeiro a receber menos por conta do aumento de 10% do imposto de renda que será descontado na fonte.

Impostos. Mas enquanto os impostos aumentam 10% para pessoas físicas, as remessas de lucros para o exterior continuam isentas de qualquer tributação!

Tarifas. Aumento de 6% nos combustíveis e aumento no gás de cozinha.

Funcionalismo. Manutenção da política de reajuste zero e demissões imediatas de 33 mil servidores não estáveis, além de extinção de 70 mil cargos efetivos vagos no Poder Executivo.

Aposentados. Idade mínima de 70 anos para segurado receber o benefício de prestação continuada. Segurado que quiser aposentadoria proporcional tem que desligar-se do emprego. Aposentado ou pensionista da União que não fez recadastramento está com benefício suspenso.

Estatais. Corte de 5% dos gastos com custeio e pessoal. Demissão de empregados e fim de novas contratações. Cortes de R$ 2,1 bilhões nos investimentos programados para estatais.

Serviços. Corte de 15% dos gastos da União e de 6% nos investimentos do setor público. Vai sobrar de novo para as áreas sociais (saúde, educação e reforma agrária etc).

Funcionalismo é um dos setores mais atingidos pelo pacote

Januário T. Silva

Operários da Krones, em Diadema, fazem assembléia contra demissões

No Brasil, FMI já está no comando

Fernando Silva,
da redação

Se há uma virtude no ministro da Fazenda, Pedro Malan é a sua total incapacidade de enrolar. Quando questionado sobre as relações com o FMI em uma entrevista ao jornal argentino *La Nacion* ele foi claro: *"Se em qualquer momento acharmos necessário um acordo com o Fundo, não teremos nenhum problema em fazê-lo"*. Em seguida, FHC e seus porta-vozes trataram de desmentir o ministro, disseram que não é bem assim, que não irão ao Fundo e que aliás, o Fundo não tem nada a ver com as medidas que estão sendo feitas no Brasil.

É certo que por enquanto o Brasil não quebrou e não foi atrás do FMI para pegar os empréstimos condicionados. Mas daí o governo querer sustentar que o Brasil está longe do FMI é um pouco demais. Aliás, o próprio Malan na mesma entrevista admitiu que não há porque ir ao Fundo já que as medidas econômicas atuais estão em acordo com as orientações desta instituição. E a propósito, o que fazia o FMI aqui uma semana após o governo lançar o pacote? Supervisionando os números e as estimativas do pacote. Só isso.

Se esse pacote for aplicado a fundo, veremos mais miséria em troca da manutenção da ciranda e dos lucros dos grandes capitalistas e especuladores. A balela de que todo mundo perde um pouco não resiste sequer à leitura das 51 medidas do pacotão. Por exemplo, o mesmo pacote que aumenta impostos sobre pessoas físicas e tarifas, mantém a isenção de tributos para a remessa de lucros para o exterior. Mais claro, impossível.

Com esse pacote o governo espera arrecadar R$ 20 bilhões. Muito dinheiro sem dúvida, mas para que? Para a reforma agrária? Para a Saúde e Educação? Não. Para os banqueiros e especuladores. A recente alta dos juros eleva os juros da dívida pública em R$ 2 bilhões ao mês. Quer dizer, o que o governo espera arrecadar com seu pacotão, dá para pagar dez meses de novos juros da dívida interna.

Por isso que esse pacote não é o fim último da burguesia e do governo. A ofensiva para aprovar as reformas constitucionais e o empenho na flexibilização da legislação trabalhista (como o FMI está exigindo na Argentina em troca de US$ 3 bilhões), serão as próximas metas.

Portanto, para os trabalhadores não resta outro caminho que não o da mobilização para derrotar o pacote. O que não está fácil devido a covarde omissão da maioria da direção da CUT. Apesar disso, os trabalhadores estão se virando com greves e ocupações contra as demissões e dias de greve setoriais como a que os servidores federais estão preparando para 5 de dezembro.

As propostas para enfrentar o pacote

A gravidade da situação exige em primeiro lugar que os trabalhadores da cidade, do campo, a juventude, os desempregados, os aposentados e os servidores públicos unam-se em torno de uma palavra-de-ordem: Abaixo o Pacote!

Lutar contra o pacote é também apresentar medidas alternativas do ponto de vista dos trabalhadores para esta grave crise. As bandeiras de não pagamento da dívida externa, suspensão do pagamento da dívida interna, estatização do sistema financeiro têm enorme importância pois a massa de dinheiro que estas medidas gerariam seriam suficientes para avançar na reforma agrária, na criação de milhões de empregos, na melhoria dos serviços sociais, dos salários etc.

Mas é necessário que os trabalhadores apresentem propostas para responder as conseqüências imediatas do pacote econômico do governo.

Redução da jornada, sem redução salarial

Em relação ao desemprego, o PSTU propõe a redução da jornada sem redução salarial; não a flexibilização da jornada de trabalho (exigência que o FMI vem fazendo a diversos governos que a ele recorrem). Outra medida emergencial é a ocupação pelos trabalhadores de todas as fábricas que demitirem em massa, para barrar as demissões ou exigir em caso de falência a estatização da mesma.

Taxação maior para os ricos

Quanto aos impostos, o PSTU propõe taxação sobre os lucros, sobre as remessas para o exterior e sobre as grandes fortunas; isenção de impostos para os assalariados.

Se faz necessário também levantar as reivindicações de reposição e reajustes salariais que vão começar a ficar cada vez mais defasados devido aos aumentos de tarifas e impostos. O caso do funcionalismo público é o mais gritante pois já são três anos de reajuste zero.

Barrar as reformas e defender direitos

Os trabalhadores devem também rechaçar as propostas patronais (que certamente virão acompanhadas de muita chantagem) de retirar cláusulas e direitos sociais.

Não menos importante é manter com força a denúncia contra as Reformas de FHC. É preciso também unir os trabalhadores para lutar contra as reformas do governo que estão avançando. Ainda há tempo para impedir que a quebra da estabilidade do funcionalismo e o fim da aposentadoria sejam referendadas nas próximas votações.

Sergio Pimentel

Carreata contra o governo realizada em Brasília, dia 12

UJS ataca democracia da entidade

Debate político marca 32º Congresso da Ubes

Chico Porto,
de Juiz de Fora

O 32º Congresso da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), realizado entre os dias 13 e 16 de novembro em Juiz de Fora, Minas Gerais, teve participação de mais de 2.500 estudantes, dos quais 2.132 delegados. Segundo Emerson Feitosa, estudante da Escola Técnica Carlos de Campos de São Paulo e militante do **PSTU**, "*apesar de nem todos terem participado dos grupos de discussão, o Congresso foi polarizado o tempo todo entre os que defendiam uma Frente Classista, como nós da **Reviravolta;** e os que defendiam a tal frente ampla, como a União da Juventude Socialista (UJS)*".

Foram apresentadas três propostas polêmicas no ponto de conjuntura nacional: a frente ampla, defendida pela *UJS*, *Articulação*, PMDB, PDT e PSB; a Frente Classista com participação dos partidos comprometidos com a classe trabalhadora, defendida pelas teses **Reviravolta** e *Metamorfose* (esquerda petista); e a campanha pelo Fora FHC, defendida pelas correntes *O Trabalho (OT)* e ***Liga Bolchevique Internacionalista (LBI)***. Após o início das defesas, a *Tendência Marxista (TM)*, também integrante da tese *Metamorfose*, colocou uma quarta proposta que sequer estava na sistematização: frente popular e democrática, onde estivessem os partidos que apoiaram a candidatura Lula nas eleições de 94. A postura divisionista da *TM* causou confusão em um amplo setor da esquerda petista, que acabou não votando em proposta alguma. Ao final acabou vencedora a proposta de frente ampla defendida pela *UJS*.

Os militantes reunidos na tese **Reviravolta** e da tendência petista *Corrente Socialista dos Trabalhadores* também apresentaram a proposta de que a Ubes apoiasse a campanha de Lula presidente com vice do MST. Como disse Leon Cunha, militante do **PSTU**, "*a entidade deve tomar posição sobre os grandes temas nacionais. Deixar de tomar posição sobre quem vai governar o país em base a uma pretensa neutralidade, como faz a UJS e a Articulação, é esconder o que é a frente ampla. Para nós, Lula continua sendo o melhor nome para representar a luta dos trabalhadores neste país e, junto com o MST, pode polarizar com FHC apresentando uma alternativa anti-capitalista.*"

Nas resoluções relativas ao funcionamento da entidade, *UJS* e *Articulação* impuseram um grande ataque à democracia do movimento secundarista: aprovaram um filtro para a participação no próximo Congresso Nacional da Ubes. Os estudantes elegerão delegados aos congressos estaduais, que por sua vez elegerão, na proporção de 1 para 5, os delegados ao congresso nacional.

De uma forma geral, todas as propostas da *UJS* foram aprovadas e pode-se afirmar que o 32º Congresso da Ubes sequer armou os estudantes para a luta de resistência aos planos neoliberais para a Educação. O que poderia ser um evento que reforçasse a unidade dos estudantes de todo país na luta contra a municipalização das escolas estaduais e o fim das escolas técnicas, infelizmente, deixou de sê-lo.

Paulo Almeida
Plenário do 32º Congresso da Ubes

◆ Votação da diretoria da Ubes

Chapa	votos	%	Execut.	Diret.
Inimigos do Rei (UJS, Articulação, PPS, PDT, PMDB)	1484	80.1	9	24
Contra a municipalização... (OT)	44	2,4	--	1
Ousar Lutar Ousar vencer (PCB)	13	0,7	--	--
Reviravolta, Fórum Socialista, CST, CSI-AM, Força Socialista	312	16,8	2	5
Total	1853	100	11	30

Oposição socialista se unifica

O 32° Congresso demonstrou que as tarefas da oposição são grandes, já que a direção majoritária da Ubes não irá unificar as lutas. Também ficou claro que, com a formação de uma chapa conjunta das teses Metamorfose e Reviravolta, está se formando uma alternativa à UJS.

No último dia do Congresso ocorreram as convenções para formação de chapas e a eleição da nova diretoria. A TM tentou, mais uma vez, dividir a oposição, defendendo contra a formação de uma chapa unificada. O erro de não compreender a necessidade de se construir uma alternativa de direção teve seu preço: apesar de ser isoladamente a maior corrente da esquerda petista, foi amplamente derrotada na plenária da tese *Metamorfose*. Ao final, foi apresentada uma chapa que, como vinha se dando desde o primeiro dia do Congresso da Ubes, unificava a oposição classista e socialista.

Como disse Ivan Lima, presidente da Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas e membro da tese *Metamorfose*, "*a oposição conformada aqui neste Congresso em base a uma leitura comum da conjuntura, da necessidade de democracia na entidade e no movimento, deve ser consolidada na unidade das ações no dia-a-dia, é assim que construiremos uma alternativa à UJS.*" (C.P.)

Polêmica começou no ato de abertura

No dia 13, contando com aproximadamente 500 pessoas, ocorreu o ato de abertura do 32º Congresso da UBES, no Cine Central. A UJS queria desde então marcar claramente o seu apoio a proposta de "frente ampla contra o neoliberalismo" e sendo assim convidou as típicas figuras da burguesia nacional que segundo eles seriam uma pedra no caminho do neoliberalismo, como Paes de Andrade do PMDB, Itamar Franco entre outros.

Porém, nenhuma dessas mais representativas figuras estava presente e a tal frente ampla ficou reduzida aos representantes do PCdoB, Ricardo Gomide e Ricardo Capelli, ao prefeito da cidade e amigo de Itamar, Tarcísio Delgado, do PMDB e aos petistas Paulo Delgado e Vera Gomes que não se entenderam sequer com os estudantes da esquerda do PT que apoiavam uma saída classista.

Manobra na mesa

O presidente da Ubes, Kerison Lopes fez o discurso de abertura. Após diversas intervenções de representantes de partidos, a palavra foi aberta aos representantes das entidades sindicais, sendo que Lindberg Farias, o representante do PSTU na mesa, não tinha sido chamado a fazer uso da palavra. Na medida que ia ficando claro que o PSTU através de Lindberg estava sendo boicotado, os estudantes da oposição começaram a gritar "Fala Lindberg, fala Lindberg...".

Lindberg falou

Depois de muita luta política e até um empurra-empurra entre a oposição e a UJS finalmente Lindberg consegui falar no ato de abertura. Logo no início do seu discurso ele afirmou que: "Aqui não queriam me deixar falar, não queriam me deixar dizer aquilo que os defensores da frente ampla escondem. Essa frente ampla que está proposta é a unidade com Sarney, com Itamar, com Arraes. Alguém aqui acredita mesmo que estes senhores lutam contra o neoliberalismo? Sarney foi o assassino dos operários de Volta Redonda, Itamar privatizou a Usiminas, Arraes seqüestrou os policiais em greve. Não se pode esconder e apagar essa história como se quer apagar muitas outras. O stalinismo antes matava para que não falassem a verdade sobre eles, hoje calunia sobre quem a eles se opõem."

MEMÓRIA *Livro revela montagens fotográficas do período stalinista*

Falsificação histórica sem retoques

Expedito Correia
de São Paulo

Um livro lançado recentemente nos Estados Unidos e na Inglaterra pelo historiador de fotografia, David King, trouxe de novo para o debate os métodos de falsificação histórica brutais da burocracia stalinista na ex-União Soviética sob o período de Stalin. O livro, *The Commissar Vanishes (O Comissário Desapareceu)* traz uma série de fotos históricas (algumas originais) que mostram uma grosseira falsificação onde simplesmente os adversários de Stalin iam sendo eliminados e a própria história da revolução russa recontada.

Parece que a grosseria e brutalidade na falsificação fotográfica da história da Revolução Russa era também a expressão dos métodos e traços de personalidade pouco sutis do chefe da ex-burocracia soviética.

"*Stalin é demasiado grosseiro e este defeito, perfeitamente tolerável em nosso meio e nas relações entre nós, comunistas, torna-se intolerável nas funções de secretário-geral. Portanto, proponho aos camaradas que reflitam sobre o modo de deslocar Stalin desse cargo e nomear outra pessoa que tenha sobre o camarada Stalin uma única vantagem: a de ser mais tolerante, mais leal, mais cortês e mais atento para com os camaradas, e de humor menos caprichoso. (...)*" V. I. Lenin, Adendo à carta de 24.12.1922 ao Comitê Central do Partido Comunista Russo.

A desconfiança de Lenin sobre o caráter de Stalin viria a se confirmar dramaticamente quando este, após a morte do líder da Revolução Russa, não poupou esforços para eliminar seus adversários políticos e atingir o degrau máximo do poder na Rússia soviética.

O período de Stalin foi "rico" pelas falsificações promovidas no material iconográfico disponível. Retoques, superposições, montagens, reenquadramentos, trabalhos artísticos de recomposição de cenários ou rostos onde originalmente havia pessoas "indesejáveis", todos os truques possíveis foram utilizados para realçar a figura de Stalin, colocá-lo em lugares e momentos em que não esteve e principalmente suprimir adversários de fotos históricas.

Mais trágico é que por detrás desta falsificação fotográfica, estava o extermínio físico de toda a geração revolucionária que esteve a frente da revolução de outubro de 1917 (com exceção claro dos que morreram na guerra civil entre 1918-1921 ou de morte natural), num dos mais violentos processos de contra-revolução política deste século.

Foto falsa onde Stalin é "colocado" ao lado de Lenin, em 1922

Acima, foto original de discurso de Lenin em Moscou em 1920. Abaixo, o "retoque" que elimina Trotsky e Kamenev

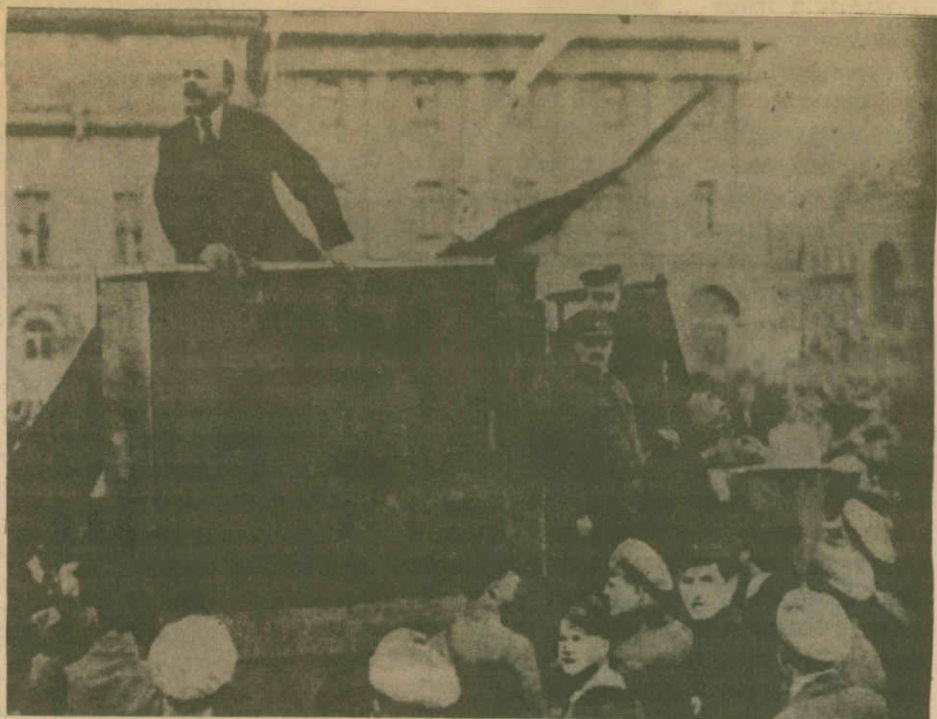
Os herdeiros

Parece incrível, mas a intolerável e criminosa herança deixada pelo mestre falsificador encontra seguidores em nossos dias. Tal é o que se conclui do exame atento da recentemente publicada revista *UNE – 60 anos a favor do Brasil*, de responsabilidade da atual diretoria da entidade, ligada majoritariamente ao PCdoB.

A referida publicação, que se pretende "documento histórico", como assinalado desde a capa, constitui-se de entrevistas com ex-presidentes da UNE ao longo dos seus 60 anos de existência. Nessa parte eclética comparecem, entre outros, o senador governista José Serra e o direitista convicto Paulo Egydio Martins. Recheiam a revista fotos dos momentos marcantes da combativa história da UNE. Mas ... falta algo!

Alguma coisa ocorreu da metade da década de 80 até o início de nossa década dentro da UNE que a atual diretoria da entidade evita comentar ou o faz com extrema economia (exatas 60 linhas dedicadas ao período, três parágrafos e uma única foto!). Será que foram as três gestões ligadas ao PT (1987-1990), a partir das quais a entidade passou a ter diretoria proporcional? Será que foi a presença na presidência da entidade de Lindbergh Farias, liderança inconteste da geração cara-pintada, eleito deputado federal pelo PCdo B e hoje no **PSTU**? E a história como é que fica? A estranha coincidência é que a revista foi para as ruas logo depois da adesão de Lindberg ao **PSTU**?

Os desavergonhados seguidores das práticas stalinistas de falsificação, deixando de lado os sutis recursos *high-tech* de hoje para retocar a realidade (que seu mestre não dispunha), preferem recorrer a métodos mais grosseiros como diminuir a importância dos fatos ou simplesmente suprimí-los.

É inadmissível que dois grandes momentos da vida política nacional pós-reconstrução da UNE como a campanha das Diretas Já e a mobilização do Fora Collor, tenham sido reduzidos a eventos menores, particularmente o segundo, a partir do qual os estudantes recuperaram a confiança na UNE como direção de suas lutas.

Desvalorizações podem paralisar comércio internacional

Pacote fiscal do governo segue a orientação do FMI

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

Engana-se quem imagina que o presidente Cardoso e sua equipe tenham decidido alguma coisa para baixar as medidas econômicas da última semana. Ou, como diz o próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan: *"É difícil imaginar que o FMI fosse querer outra coisa"* (*Folha de S. Paulo*, 16/11/97).

Para entender essas últimas ações sob a orientação do FMI no Brasil, tem que se entender o que se passa na totalidade da economia mundial. O pesadelo do sistema imperialista, neste momento, é com a continuidade de desvalorizações cambiais competitivas, o que colocaria mais lenha na fogueira da concorrência internacional.

Desvalorização do real será a próxima ordem do Fundo Monetário

O FMI tem uma idéia fixa neste momento: barrar a eclosão de guerras comerciais entre as principais economias, que sempre começam com desvalorizações agressivas ("arruinar o vizinho") e terminam com medidas protecionistas e bloqueios políticos de mercados. Essa situação caracteriza um cenário catastrófico de paralisação do comércio internacional, o lado mais visível de uma depressão mundializada da produção.

O economista norte-americano Fred Bergsten — diretor do Instituto de Economia Internacional de Washington, instituição em que se estabelecem cenários econômicos para a política comercial dos Estados Unidos — resume esse pesadelo em um longo depoimento no Congresso daquele país, no dia 13 de novembro. Diz o Sr. Bergsten: *"A exigência política mais importante, para o futuro próximo, é evitar uma nova espiral de desvalorizações competitivas da moeda. A desvalorização totalmente injustificada de Taiwan foi a fonte de pressão sobre Hong Kong e das especulações do governo de Cingapura, de que talvez tivesse que fazer o mesmo. Mas desvalorizações nesses países fortes, que possuem superávits comerciais e grandes reservas de divisas produziriam uma nova onda de pressão sobre o mercado e subsequentes desvalorizações paralelas, por parte dos países mais fracos, tanto no Sudeste quanto no Nordeste asiático (incluindo Coréia, Japão e possivelmente, até China). Essa manobra se espalharia para outros mercados emergentes, até mesmo para o do Brasil e de outros países latino-americanos. Seria muito difícil parar a nova espiral e o mercado global, incluindo-se aí os Estados Unidos, ficaria devastado"* (O Estado de São Paulo, 17/11/97).

Charge publicada no jornal Folha de S. Paulo em 21/11/97

O diagnóstico do FMI para a atual situação da economia mundial é o mesmo do Sr. Bergsten, evidentemente. As recentes medidas econômicas que eles aplicaram no Brasil são uma tentativa de isolar a América Latina da contaminação desse processo de rápida deterioração do comércio internacional. Mesmo que isso signifique paralisar a produção da maior economia da área.

Aqui se aplica a mais radical "ortodoxia" do FMI, mesmo sem ter ainda recebido nenhum dinheiro daquela instituição. É claro que esse dinheiro chegará aqui também. Mas só quando o FMI decidir pela desvalorização do Real. A única dúvida que eles têm é como e de quanto será a desvalorização dessa jóia. O importante para eles é que a desvalorização da moeda da maior economia latino-americana seja a mais organizada possível.

Tanto cuidado é para que nada mais aumente as ondas turbulentas que já ameaçam fechar aqueles oceanos e mares que até pouco tempo ainda eram tranqüilos caminhos que unem, no fio da moeda, duas coisas aparentemente tão naturais: a produção e o consumo de mercadorias.

Na Internet

Quem quiser acompanhar as análises do economista José Martins, que também produz o boletim *Análise Semanal da Conjuntura Econômica*, do núcleo de Educação Popular 13 de Maio, ou entrar em contato com ele, é só anotar os seus endereços eletrônicos:

marts@ibm.net

a home page é:
www.analiseconomica.com

Sistema pode quebrar

A possibilidade de fratura do sistema global, está bem mais avançada neste momento. Teoricamente, o que acontece é o seguinte: as economias mais frágeis do sistema são as que se defrontam em primeiro lugar com a queda global da taxa de lucro.

As economias dominantes, que agora presenciam uma generalização das suas condições superiores de produção e conseqüente aumento da produtividade global enfrentam o aumento da concorrência com o rebaixamento dos preços de mercado e o desaparecimento do lucro-extra que apropriavam no início do ciclo, em função do monopólio daquelas condições superiores de produção.

Mas, do outro lado, para diminuir seus preços de mercado e continuar realizando sua produção, as economias dominadas são obrigadas a vender por um preço abaixo do seu custo de produção, com prejuízo. Os déficits comerciais crescentes das economias dominadas são uma decorrência necessária desse processo.

O prejuízo dos tigres asiáticos se manifestou em primeiro lugar nos seus déficits comerciais e na deterioração dos seus sistemas bancários e financeiros internos, nas bolsas de valores e nos papéis de crédito (renda fixa, etc). No dia 17 de novembro, um dos dez maiores bancos do Japão entrou em falência.

A desvalorização do câmbio é uma tentativa desesperada para uma economia se manter à tona, e suas empresas continuarem vendendo e participando da concorrência internacional. O won (moeda sul coreana), está em queda livre há mais de dez dias. O Japão tenta acompanhar a desvalorização da moeda do seu principal concorrente na área, acelerando a desvalorização do *yen*. É isso que os americanos, europeus e FMI mais temem.

Uma superprodução de capital, no atual ciclo periódico, pode estar assumindo formas mais profundas e capazes de levar a atual espiral de desvalorizações cambiais e de aumento das taxas de juros no sentido mais crítico de brusca interrupção dos investimentos e de depressão generalizada da produção mundial. (J.M.)

FRANÇA Maioria da população apoiou o movimento

Caminhoneiros param e afetam a Europa

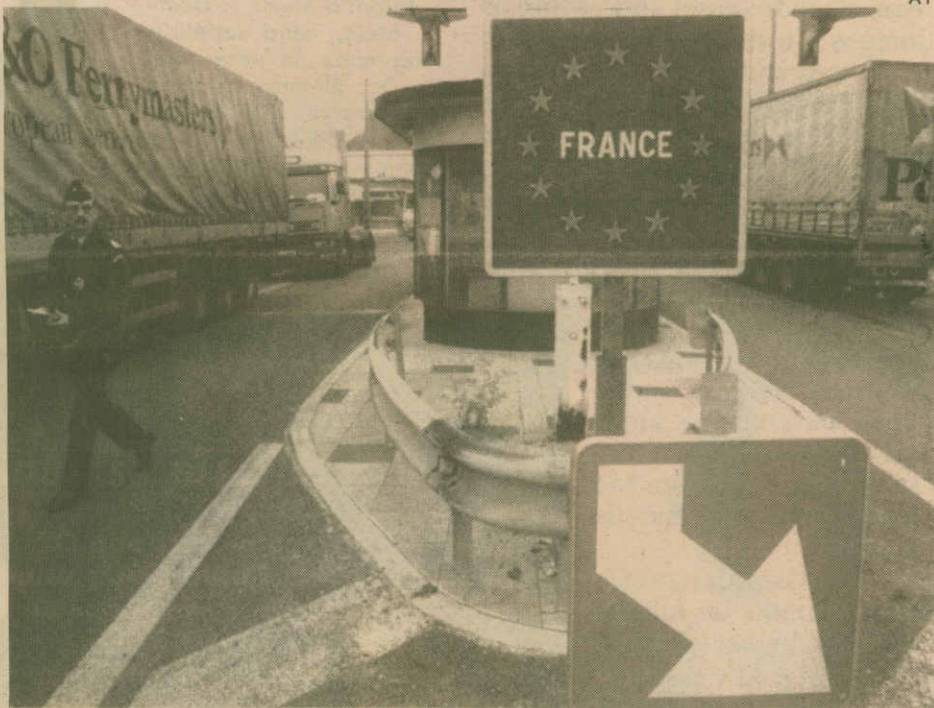
Clara Paulino,
da redação

Os caminhoneiros franceses realizaram, no início de novembro, uma greve que parou a economia daquele país. Os grevistas reivindicavam salário mensal de 10.000 francos (US$ 1,8 mil) por 200 horas mensais de trabalho e o cumprimento de outros acordos feitos com os patrões. A jornada de trabalho de um motorista de caminhão, em média, é de 56 horas semanais, muito longe das 39 horas regulamentares.

Durante a greve, os trabalhadores levantaram mais de 160 barreiras em todo o país. Para evitar que o movimento se tornasse impopular, eles bloquearam a maioria das refinarias de petróleo e depósitos de combustíveis, porém abriram alguns canais de escoamento para não atingir de forma drástica os veículos particulares.

No sul da França, em uma localidade dirigida pelo ultradireitista Partido da Frente Nacional, homens encapuzados e armados atacaram os grevistas, deixando feridos.

Desde 1984, esta foi a quarta greve dos caminhoneiros franceses. Dessa vez, o movimento ocorreu sob o governo de Lionel Jospin, do Partido Socialista, que assumiu o posto de primeiro-ministro em junho deste ano.

AP

Bloqueio dos grevistas na fronteira da França com a Bélgica

Segundo a revista *The Economist*, a maioria dos franceses e até a mídia apoiaram o movimento dos caminhoneiros, complicando ainda mais qualquer possibilidade do governo do primeiro-ministro social-democrata atacar a greve.

Além de contar com o apoio da opinião pública, a greve provocou a paralisação de boa parte do comércio europeu, motivando os governos da Espanha, Alemanha e Inglaterra a pressionarem o governo francês para encontrar uma saída para o impasse.

Quase 80% das mercadorias, na França, trafegam pela malha rodoviária. No país, há 38 mil empresas de transporte rodoviário. Essas empresas empregam um total de 340 mil pessoas e o setor fatura cerca de 160 milhões de francos (US$ 30 bilhões) por ano.

Pressionada, a patronal do setor de transporte francês foi obrigada a negociar com os grevistas. Depois de sete dias de paralisação, os trabalhadores aprovaram, em assembléia, um aumento salarial imediato de 6%, enquanto o salário de 10 mil francos será efetivado a partir de primeiro de janeiro do ano 2000.

Governo Jospin enterra promessas de campanha

A greve dos caminhoneiros não foi o único conflito que o primeiro-ministro Jospin teve que administrar desde que chegou ao governo em junho deste ano. Em outubro, mais de 15 mil pessoas protestaram nas ruas de Paris contra os planos do governo de cortes sociais. Jospin havia anunciado um plano de cortes no salário família para os mais pobres. O objetivo é manter o déficit público francês em 3%, limite imposto pelo Tratado de Maastricht aos países que quiserem adotar a moeda única da União Européia, o euro, em 1999.

Jospin venceu as eleições deste ano prometendo criar 700 mil empregos e reduzir a jornada de trabalho de 39 para 35 horas. Num país com 3,13 milhões de desempregados, ou 12,5% da força de trabalho, este era o melhor discurso para quem queria ganhar as eleições. Na segunda semana de outubro, no entanto, Jospin declarou à revista *The Economist* que, apesar de todas as promessas, o desemprego poderá cair apenas, aproximadamente, 70 mil por ano, durante os próximos cinco anos.

Quanto a redução da jornada, o governo francês aprovou sua implementação a partir do ano 2000. No entanto, o patronato não estará obrigado a remunerar as 35 horas semanais pelo valor das 39 vigentes.

Durante sua campanha eleitoral, Jospin também prometeu barrar as privatizações. Em outubro, no entanto, o governo "socialista" comemorou o sucesso sem precedentes da venda parcial da France Télecom, estatal de telecomunicações. Outras estatais, como a Thomson, maior empresa de eletrônica da Europa, também foram parcialmente privatizadas.

É fato que Jospin e os membros de seu governo já enterraram suas promessas de campanha. Mas o grande obstáculo que enfrentam é a força das manifestações e movimentos que os trabalhadores franceses já começaram a protagonizar sob o seu governo.

Na tentativa de administrar a contradição entre o que prometeu e o que vem praticando, Jospin tenta mostrar ao mundo que o capitalismo francês é diferente. O caminho seguido, porém, não tem nenhuma diferença. Jospin continua, à francesa, implementando a política de contenção da economia para adaptar o país aos critérios do Tratado de Maastricht. **(C.P.)**

INTERNET

O Partido e a Revolução (2ª parte)

Waldo Mermelstein,
de São Paulo

Continuando a apresentação do livro de Nahuel Moreno, O Partido e a Revolução, que publicamos em nosso site na Internet (http://www.geocities.com/CapitolHill/3375), vamos comentar o capítulo 3, que trata da polêmica contra as correntes ultra-esquerdistas dentro do Secretariado Unificado da 4ª Internacional (SU). Em primeiro lugar, o texto critica a falta de uma perspectiva européia e mundial dos ultra-esquerdistas ao não considerar a situação da Europa Oriental. Por outro lado, destaca a importância das lutas dos povos coloniais para o ascenso europeu. As seções orientadas pela maioria da Internacional naquele período pecavam pela falta de atenção à luta contra os vários imperialismos europeus.

Construção e mobilização

O documento também insiste em que os revolucionários devem armar a sua intervenção política a partir da realidade concreta. Contra a orientação vanguardista, Moreno trata os quatro grandes eixos para a mobilização das massas e a construção de partidos revolucionários: o acompanhamento das lutas econômicas dos trabalhadores contra a diminuição do nível de vida e o desemprego; a importância das palavras de ordem democráticas; a atenção especial à luta dos operários imigrantes; e a necessidade de busca da aliança dos operários com os setores mais explorados do povo.

Discussão é atual

Moreno discute como orientar a construção de partidos revolucionários, aproveitando todas as possibilidades abertas pelas infâmias capitalistas e pela traição dos partidos e sindicatos reformistas, sem cair no propagandismo e vanguardismo. Hoje, com a renovação das lutas sindicais e políticas, o aumento do desemprego, a queda do nível de vida dos trabalhadores e a persistência dos problemas nacionais, esta orientação mantém toda a sua atualidade.

Por último, queremos ressaltar que entrou no ar a seção da Secretaria Nacional de Mulheres dentro do site do PSTU, contando inicialmente com a íntegra do curso sobre a Opressão da Mulher.

Adeus, Julinho!

Julinho, amigo, companheiro e dirigente do **PSTU/RJ**, morreu no último dia 24, aos 36 anos de idade.

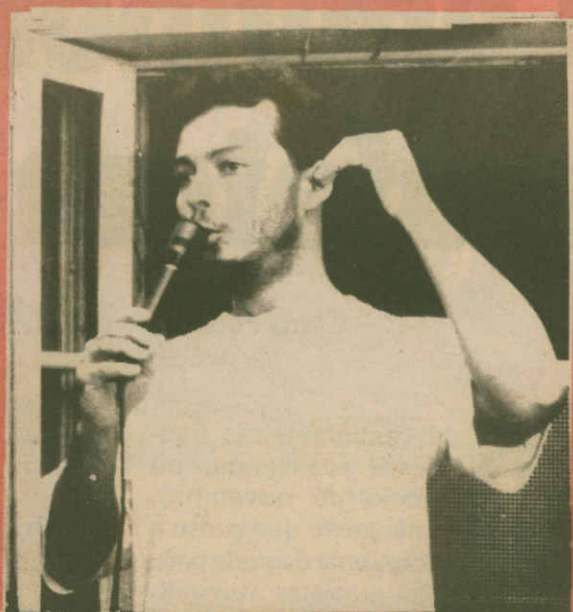
Júlio Cesar Costa Filho, o Julinho, como era conhecido por todos, era um expoente do melhor da vanguarda de uma geração que no início dos anos 80, no calor da luta pela derrubada da ditadura, abraçou uma causa maior: a luta por transformar a sociedade, a luta pelo socialismo em escala internacional. Deu em todos esses anos o melhor de si para construir um partido revolucionário no Brasil e uma Internacional revolucionária.

Um dos fundadores e dirigente do **PSTU/RJ**, Julinho foi, como disse o companheiro Ciro Garcia, durante o ato político realizado em seu enterro, um guerreiro incansável, um militante tempo integral durante o ascenso e também no refluxo.

No início de 1996 teve um derrame cerebral que lhe impôs inúmeras limitações e lhe causou um grande sofrimento nestes últimos dois anos. O grande agitador dos piquetes, passeatas e atos do movimento dos trabalhadores do Rio, já não podia mais discursar. O polemista aceso que escrevia e polemizava no interior do seu partido e no movimento, já não podia mais escrever. Julinho, mesmo assim, seguiu militando até o último dia 24.

A dor que se abateu sobre seus familiares, sobre os companheiros de partido que militaram com ele todos esses anos, sobre os amigos e todos que o conheciam é muito grande. Julinho era muito querido por toda a vanguarda do Rio de Janeiro, era o militante incansável, mas era também o amigo alegre e expansivo de todas as paradas. É por isso que no seu velório compareceram centenas de pessoas e que o seu enterro, com a presença de mais de 200 pessoas, foi uma verdadeira passeata — ainda que muito triste e dolorosa — no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Nos solidarizamos com a família de Julinho e com todos aqueles que estão sofrendo essa tremenda perda. Ao mesmo tempo, a homenagem que melhor lhe podemos prestar é seguir levantando a bandeira que ele ajudou a erguer nestes anos. Julinho se foi, mas sua luta não foi em vão. As lutas que virão, com certeza, produzirão milhares de homens e mulheres que manterão em pé a bandeira que Julinho ajudou a erguer.

A direita, Julinho falando numa assembléia, cena repetida centenas de vezes nos últimos 16 anos. Abaixo, Julinho em 1989, em ato de comemoração pela sua libertação e do Comando de Greve bancário que ficaram presos por 5 dias.

Uma vida militante

Julinho iniciou sua militância em 1981, como diretor do Centro Acadêmico da Geologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e aderiu então à Convergência Socialista, corrente interna do PT expulsa em 1992 e uma das organizações que vieram a compor e fundar o PSTU.

Julinho foi diretor da União Estadual dos Estudantes do Rio e em 1985, quando saiu da universidade, foi trabalhar no Banco Itaú e atuar no movimento dos bancários. Foi Secretário Geral do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro na gestão 88/91 e membro da Executiva da Secretaria Nacional dos Bancários da CUT. Foi também diretor da CUT Estadual/RJ por duas gestões, sendo vice-presidente da mesma no início da década de 90. Foi em 1994, um dos fundadores do PSTU no Rio de Janeiro.

PSTU

jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92